

economia

Brasil e EUA marcam nova reunião sobre o tarifaço

Conversa não deve envolver os presidentes, mas seus representantes

/ RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Após o telefonema entre os presidentes Lula (PT) e Donald Trump na última semana, Brasil e Estados Unidos acertaram uma nova reunião virtual na próxima segunda-feira para discutir a situação das tarifas impostas por Washington.

Segundo um representante do governo que participa das tratativas informou à reportagem, a iniciativa partiu do governo do republicano. O representante comercial dos EUA, Jamieson Greer, teria contactado o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, para organizar a conversa, a ser feita às 14h30min.

A conversa será conduzida pelos dois, sem envolver os presidentes, e terá participação de mais auxiliares, como de praxe. Greer está à frente do órgão responsável pelas negociações comerciais dos EUA e conduz a investigação que resultou no novo tarifaço sobre produtos brasileiros.

Na última sexta, o presidente Lula voltou a dizer a seu homólogo americano que as tarifas contra o Brasil são infundadas. E, segundo o próprio Palácio do Planalto, ouviu de Trump que seria bom que equipes dos dois países voltassem a falar o mais rápido possível.

Por parte do governo brasilei-



WENDERSON ARAUJO/TRILUX/CNA/JC

Encontro para tentar desbloquear tarifas será na próxima segunda

ro, há pouca expectativa de que já nesta reunião haja avanços para a diminuição das tarifas, mas avalia-se que a reabertura do diálogo e das negociações, diante de um governo imprevisível como o de Trump, já é frutífera.

Compartilham dessa avaliação outras pessoas do setor industrial envolvidas nas tratativas, que preferem ver com cautela qualquer retomada de diálogo, dado que outras conversas já ocorreram, em vão. Em julho, os EUA impuseram uma sobretaxa de 12,5% sobre o Brasil, sob a justificativa de uma investigação sobre falhas no combate à importação de produtos feitos com o uso de trabalho forçado. O Brasil já estava sujeito à aplicação de uma

sobretaxa de 25%. Washington argumentava que foram feitas “longas negociações” com o Brasil no decorrer do último ano, mas que as demandas americanas não haviam sido atendidas.

A medida foi acompanhada de duro discurso de Washington. O secretário de Estado Marco Rubio, que tem atenção especial para assuntos de América Latina, notadamente para os governos à esquerda ou centro-esquerda, escreveu na ocasião que “o presidente Lula e seu governo não negociaram com os EUA de boa-fé”.

Lula e Trump devem se encontrar em Nova York na segunda quinzena de setembro, quando ocorre a Assembleia-Geral da ONU.

Governo soltará decreto zerando IPI, diz Durigan

/ TRIBUTOS

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta terça-feira, que o governo vai soltar um decreto zerando o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). “Eu ouvi falar que a indústria paga muito tributo. Nós vamos soltar um decreto zerando o IPI do País. A indústria não vai acumular crédito como hoje acumula. O tributo vem por fora, vai ficar disponível para todo consumidor saber o quanto está pagando de tributo, como imposto sobre valor agregado, como acontece nas boas economias do mundo”, disse o ministro.

Durigan disse que muita gente fala contra a reforma tributária, mas que ela foi a “melhor resposta que o País deu” a um sistema tributário que é

historicamente ruim.

Ele ponderou, na sequência, que o Ministério da Fazenda enviou um texto com menos exceções do que o que foi aprovado pelo Congresso. “Sempre o nosso esforço foi esse, aprovar uma reforma tributária de maneira que a gente amplie a barra de arrecadação, acabando com sonegação, acabando com privilégio, de modo que a gente tenha uma alíquota na reforma tributária para todo mundo. Essa é a primeira grande resposta para a produtividade.”

As declarações foram realizadas em evento organizado pela revista Exame e o Movimento Brasil Competitivo (MBC) em São Paulo, com coordenadores de campanha dos candidatos à presidência da República.



MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL/JC

Ministro da Fazenda destacou importância da reforma tributária

TRF4 libera R\$ 254,7 milhões em RPVs para beneficiários do Rio Grande do Sul

/ JUDICIÁRIO

Mais de 28,8 mil beneficiários do Rio Grande do Sul terão acesso a R\$ 254,7 milhões em Requisições de Pequeno Valor (RPVs) a partir de 1º de setembro.

O montante foi liberado pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e corresponde a pagamentos devidos pela União, suas autarquias e fundações referentes a processos autuados em julho de 2026.

Os limites financeiros liberados ficaram no valor de R\$ 664.615.285,46. Deste montante, R\$ 562.482.840,22 correspondem a matérias previdenciárias

e assistenciais, como revisões de aposentadorias, auxílios-doença, pensões e outros benefícios, que somam 29.396 processos, com 42.052 beneficiárias (os).

Do valor total liberado, no RS, estão sendo disponibilizados R\$ 254.784.499,77, para 28.881 beneficiários. Já em Santa Catarina, 18.316 beneficiários vão receber R\$ 170.595.684,12. Para o Estado do Paraná, será pago o montante de R\$ 239.235.101,57, para 23.263 beneficiários.

Em todas as agências em que a Caixa e o Banco do Brasil estão atendendo presencialmente, será realizado o pagamento de RPVs tanto das varas federais quanto das varas estaduais no

âmbito da competência delegada, estes mediante apresentação do alvará de levantamento que deverá ser expedido pelo juízo

da execução.

Beneficiários que não têm conta no Banco do Brasil e possuem RPV sem alvará de até R\$

1 mil podem utilizar o Resgate Simples de RPVs para direcionar o crédito a outra instituição financeira.

Para isso, é necessário informar o número da RPV, disponível no Demonstrativo de Pagamento do TRF4, além dos dados pessoais e bancários. A conta de destino deve ser de mesma titularidade, com o mesmo CPF cadastrado na RPV. Haverá cobrança de tarifa pelo serviço de TED.

Em caso de dúvidas, a Secretaria de Precatórios do TRF4 disponibiliza dois números para esclarecimentos: (51) 3213-3470 e (51) 3213-3473, com atendimento das 13 às 18 horas.



SYLVIO SIRANGELO/TRF4/DIVULGA??O/JC

Mais de 28,8 mil gaúchos serão beneficiados com a liberação